



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

**O CURRÍCULO ESCOLAR NA DITADURA MILITAR: análise das políticas
educacionais**

*Maria Roberta de Sousa do Vale (UEMASUL) – bethavale15@gmail.com
Jessica Paulina da Silva Cavalcante (UEMASUL) – jessicapaulinacavalcante2gmail.com
Rosângela da Silva Barros (UEMASUL) – rosangeladasilvabarrosmouraa@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar os acontecimentos educacionais do período ditatorial, analisando historicamente as políticas educacionais desse regime no âmbito educacional. Durante os anos de predomínio desse regime, o campo educacional sofreu várias alterações. O golpe militar iniciou em 1964 perdurando até meados de 1985, tendo duração de 21 anos. A partir de 1964 o sistema educacional foi marcado por medidas práticas que teve a intenção de adequá-lo ao modelo econômico do Brasil. Dentre essas medidas estava a reforma do ensino de 1º e 2º grau, que resultou na lei 5.692/71. A pesquisa demonstra o caminho percorrido pela educação durante esse período, bem como as mudanças na legislação no que se refere a educação, a legislação que norteava o ensino do país nesse período era a lei n. 4.024/1961 (1º lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional LDB) que só foi aprovada após 13 anos de tramitação no congresso. Na década de 1970 o Brasil viu a consolidação da supremacia da escola pública, o estado buscava solucionar os altos índices de analfabetismo e se legitimar com a maioria da sociedade tentando produzir uma aparência de oportunidades iguais a todas as classes, dessa reforma fica definido a instalação dos cursos profissionalizantes para atender a demanda do mercado de trabalho da época. Baseado na Teoria do Capital Humano, a educação só teria sentido se fosse capaz de habilitar e qualificar para o mercado de trabalho. Com base nas informações pode-se verificar que foram tempos de grande efervescência e experimentação educacional, evidenciando o legado educacional da Ditadura Militar e ambiguidade do mesmo. De um modo geral o novo desenho implementado durante o regime militar privilegiou os saberes instrumentais para a vida social e a educação privada. Em sua construção, utilizamos a pesquisa bibliográfica, e autores como ZOTTI (2004), SOUZA (2008), subsidiaram a pesquisa.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Educação. Ditadura Militar.

1 INTRODUÇÃO

A ditadura militar iniciou em 1964 perdurando até meados de 1985, tendo duração de 21 anos, os militares tiveram apoio de setores das camadas dominantes e média da sociedade. Sem eleições diretas para presidente da república, cinco militares alternaram-se no poder, sendo eles: Castello Branco, Arthur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo, situação inédita no cenário político do Brasil.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

A partir desse período houve um redirecionamento em toda política brasileira, uma nova legislação foi imposta a fim de atender o interesse do governo. Foram decretados 17 Atos Institucionais, eram leis criadas/promulgadas pelo governo, suas normas estavam acima da constituição, sendo assim, não passariam por uma possível aprovação do Congresso Nacional, esses atos asseguravam aos militares diversos poderes.

Foi a partir destes Atos que a Ditadura Militar foi construída, sendo os cinco AIs de 1964 a 1968 que legitimaram os interesses militares. O AI-1, primeiro Ato Institucional foi lançado no dia 9 de abril de 1964 ampliando e fortalecendo o Poder Executivo e reduzindo o poder do Congresso. Através deste AI o governo teria direito de cassar mandatos e suspender direitos políticos sem a necessidade de justificativas ou direito de defesa.

O decreto AI-2 ocorreu em outubro de 1965, e determina que a escolha do Presidente da República e Vice aconteceria com aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional, além de ampliar o domínio do Poder Executivo. O AI-3 determinava eleições indiretas para governadores de Estado bem como as normas para eleições federais e municipais.

O governo por meio do AI-4 reconvocou o Congresso para a aprovação da nova Constituição de 1967. Os poderes do Executivo relativos a segurança nacional foram ainda mais ampliados. No dia 13 de dezembro de 1968 instituiu-se o AI-5, por meio deste ato foi garantido ao presidente da República plenos poderes, tornando assim o Estado mais autônomo. O Congresso foi fechado por tempo indeterminado, gerando um aumento ainda mais significativo da censura e da repressão.

[...]Os poucos espaços de liberdade, presentes no texto constitucional, foram eliminados. Sem data limite para acabar, foi a forma encontrada para controlar os setores oposicionistas da sociedade civil. Também instituiu censura à imprensa e passou a controlar as universidades e instituições educativas (decreto-lei n. 477 de fev. de 1969), visando ao controle político-ideológico. (ZOTTI, 2004, p. 139)

Durante o período ditatorial o Estado se caracterizava pela violência e autoritarismo, implementando a tortura, a censura, o terror, a repressão, as políticas voltadas ao setor privado foram privilegiadas aumentando as desigualdades o que provocou na sociedade uma luta contra a ditadura, o governo por sua vez respondia com mais dureza e terror.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*
21 a 24 de maio | 2019
*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

2 CONTEXTO HISTÓRICO DO CURRÍCULO

A legislação que norteava o ensino do país nesse período era a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional - LDB 4024/1961, que só foi aprovada após 13 anos de tramitação no congresso, essa aprovação representava uma tentativa de conciliar as polêmicas, tais como os conflitos entre a escola particular e pública. Assim, as novas diretrizes educacionais, determinadas pela LDB, tiveram uma grande repercussão na rede pública e particular de ensino, como aponta Souza (2008, p. 231):

[...] Nesse sentido, a LDB assegurou a liberdade de ensino e afrouxou os mecanismos de controle das escolas privadas, facultando a subvenção da União às escolas particulares para compra, construção ou reforma de prédios, compra de equipamentos e concessão de bolsa de estudos.

Nesse contexto, o Estado priorizou o setor privado repassando verbas para o mesmo, fazendo assim com que a escola pública não recebesse os investimentos necessários para sua manutenção e/ou ampliação. Com o apoio do governo a educação privada dominou na pré-escola, cresceu no segundo grau e predominou do superior, enquanto isso a população de baixa renda que representava a maioria, não tinha sequer acesso à educação básica.

A nova LDB também buscou amenizar os preconceitos sociais relacionados ao ensino técnico. Os cursos médios passaram a ter a duração de sete anos, sendo ministrados em dois ciclos: o ginásial (quatro anos) e o colegial (três anos), a mesma ainda definiu como obrigatória a educação física nos cursos primários e médio e o ensino religioso como disciplina de matrícula optativa e o exame de admissão para o aluno continuou a ser exigido. O conselho Federal em 1962, designou as matérias obrigatórias do ensino médio: Português, História, Geografia, Matemática e Ciências (subdivididas em iniciação à ciência e ciências físicas e biológicas).

No tocante as disciplinas optativas Souza (2008, p. 234) ressalta:

- a) No ciclo ginásial: línguas estrangeiras modernas, música (canto orfeônico), artes industriais, técnicas comerciais e técnicas agrícolas;
- b) No ciclo colegial: línguas estrangeiras modernas, grego, desenho, mineralogia e geologia, estudos sociais, psicologia, lógica, literatura, introdução às artes, direito visual, elementos de economia, noções de contabilidade, noções de biblioteconomia, puericultura, higiene e dietética.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

Além da educação física, foram consideradas práticas educativas: educação cívica, educação artística, educação doméstica, artes femininas e industriais.

Nessa relação das disciplinas optativas fica evidente a inserção de disciplinas técnicas e vocacionais e a reiteração de disciplinas que constituíam currículos anteriores. A LDB também gerou numerosas dúvidas entre os educadores por sua terminologia e a dificuldade de compreensão da diferença entre práticas educativas e disciplinas.

A partir de 1964 o sistema educacional foi marcado por medidas práticas que teve a intenção de adequá-lo ao modelo econômico do Brasil. Na esfera nacional e estadual nos anos 70 um conjunto de decretos, pareceres e resoluções foram determinados, dentre essas medidas estava a reforma do ensino de 1º e 2º grau, que resultou na lei n. 5.692 de 11 de agosto de 1971, o processo de tramitação e aprovação dessa lei ocorreu num prazo de 30 dias, sendo aprovado pelo Congresso Nacional por unanimidade.

Uma das mais importantes modificações instituídas pela reforma de 1971, é a obrigatoriedade da extensão da escolaridade. Assim, o 1º grau passa a durar 8 anos letivos, sendo obrigatório dos 7 a 14 anos, e o 2º passa a ter duração de 3 ou 4 anos, passando a designar o ensino médio, antes pela LDB 4.024 de 61 o tempo obrigatório de escolaridade era 4 anos conhecido como primário os estudos não tinham continuidade garantidos.

No 1º grau houve a integração do primário com o ginásio na tentativa de instituir um novo conceito de escola fundamental, as instituições de ensino reuniram culturas profissionais diferenciadas, ou seja, professores primários e os professores secundaristas juntos na mesma realidade. Na matriz curricular do 2º grau a “adaptação da realidade” que está prevista na lei quase desapareceu, diminuindo a possibilidade de escolha por parte do estabelecimento de ensino. Desta maneira, no tocante ao currículo Souza (2008, p. 269) comenta:

Para todas as escolas de 1º e 2º graus, a reforma fixou um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender às peculiaridades locais. Na definição do currículo caberia ao Conselho Federal de Educação determinar para cada grau as matérias relativas ao núcleo comum, “definindo-lhes os objetivos e amplitude” e aos conselhos estaduais, as matérias dentre as quais os estabelecimentos poderiam escolher as da parte diversificada. Caberia ao Conselho Federal de Educação estabelecer para o 2º grau o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*
21 a 24 de maio | 2019
*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

O parecer n. 853, de 12/11/1971 e a Resolução n. 8, de 1/12/1971, foram os principais instrumentos legais para a organização do currículo nessa reforma.

Desta forma, a matriz curricular é constituída por três partes obrigatórias, “[...]as fixadas pelo art. 7º da lei n. 5.692/71 e as fixadas para a formação especial (habilitações profissionais – variando de cinco a oito matérias em cada habilitação), restando bem pouco para optar.” (ZOTTI, 2004, p. 183). Tornando assim evidente o caráter autoritário da lei e o predomínio das disciplinas profissionalizantes.

O currículo, tanto de 1º como de 2º grau, foi organizado para atender aos princípios da continuidade e da terminalidade. Isso significou que a formação geral deveria proporcionar uma base comum de conhecimento a todos, como condição indispensável ao prosseguimento dos estudos. A formação especial refere-se à preparação para o trabalho, que deveria ser garantida a cada grau de ensino para que o educando tivesse condições de ingressar no mercado de trabalho, se fosse necessário. (ZOTTI, 2004, p. 209)

A reforma de 1º e 2º grau defini a instalação dos cursos profissionalizantes para atender a demanda do mercado de trabalho da época, realizou-se uma aliança entre a educação e o mercado de trabalho, desse modo as empresas dispunham de mão-de-obra barata e qualificada, deixando claro a intenção central da educação, direcionada as necessidades do mercado de trabalho.

O Estado baseava-se na Teoria do Capital Humano na qual a educação só teria sentido se fosse capaz de habilitar e qualificar para o mercado de trabalho. Com visão tecnicista essa teoria acredita que o trabalho humano qualificado por meio da educação, era um meio importante para o aumento da produtividade econômica e das taxas de lucro do capital. Através desse conceito a ideia de educação como pressuposto do desenvolvimento econômico e individual se disseminou.

Acreditava-se que a profissionalização acarretaria em aumento de salários e por consequência na diminuição das injustiças sociais. No entanto, o ensino profissionalizante foi considerado um fracasso mesmo com todas as tentativas de direcionar políticas educacionais para a profissionalização.

Mesmo com a obrigatoriedade da lei, apenas as instituições públicas acataram as determinações, resultando em sua total descaracterização, enquanto as escolas particulares se mantiveram resistentes, satisfazendo seus interesses e também de sua clientela que era o



XII ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

preparo para o vestibular, diminuindo assim, a possibilidade dos estudantes da rede pública ter acesso as universidades beneficiando ainda mais a rede privada de ensino.

Além da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, vale mencionar outras políticas educacionais do período encontradas na legislação: lei n. 5.540/68 – Reforma do Ensino Superior; decreto-lei n. 5.379/67 – Institucionalização do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) decreto-lei n.71.737 – Institucionalização do “ensino supletivo” (previsto na lei n. 5.692/71).

Sobre a Reforma Universitária, após 1964 os reitores da Instituições de Ensino Superiores do país enfrentaram dificuldades devido as pressões por parte dos grupos estudantis e a suspensão de verbas por parte do regime militar, tendo seus poderes de decisão reduzidos. Nota-se que a Reforma Universitária de 1968 foi elaborada à luz da Doutrina de Segurança Nacional.

O ensino superior ganha um papel de destaque na modernização e desenvolvimento econômico do país por ser transmissor e produtor de conhecimento. As vagas aumentaram, mas não nas instituições federais e sim nas particulares que tiveram um crescimento significativo de instituições, passaram por um processo de modernização para se adequar as novas exigências do mercado de trabalho. Em suma a Reforma universitária acarretou na expansão da iniciativa privada multiplicando as Faculdades ditas isoladas.

Com o início da ditadura militar os programas de alfabetização existentes foram duramente reprimidos, com isso o governo assumiu o controle da alfabetização lançando assim o Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização criado em 15/12/1967, esse movimento além de receber recursos significativos tinha também independência em relação ao Ministério da Educação. Nos anos 70 ele se alargou por todo o país, e em 1985 o mesmo foi extinto, tendo assim sua duração de 15 anos.

3 CONCLUSÃO

Em virtude dos fatos mencionados fica claro o legado educacional da Ditadura Militar e ambiguidade do mesmo. De um modo geral o novo desenho implementado durante o regime militar privilegiou os saberes instrumentais para a vida social e a educação privada. Percebe-se também que as reformas promovidas tinham a finalidade de compor a educação de forma a



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

beneficiar os objetivos do Estado capitalista militar, moldando-se a sua ideologia caracterizada pelo autoritarismo deixando uma herança que repercute até hoje na educação brasileira.

É inegável que essa organização em torno da educação brasileira por meio dos inúmeros mecanismos, em especial os currículos escolares oficiais, negou a uma grande parcela da população o direito ao conhecimento. Nesse contexto, tanto o discurso como às políticas voltadas para educação davam ideia de preocupação com a melhoria das condições de vida da população por parte do Estado, no entanto todas essas medidas apenas produziam uma aparência de igualdade e oportunidade, mascarando a realidade de um contexto voltado para o crescimento econômico que centralizou as riquezas na mão de uma minoria.

ABSTRACT

The present work aims to demonstrate the educational events of the dictatorial period, analyzing historically the educational policies of this regime in the educational scope. During the years of predominance of this regime, the educational field underwent several changes. The military coup began in 1964 lasting until the middle of 1985, lasting 21 years. From 1964 the educational system was marked by practical measures that had the intention to adapt it to the economic model of Brazil. Among these measures was the reform of 1st and 2nd grade education, which resulted in Law 5.692 / 71. The research demonstrates the path taken by education during this period, as well as the changes in legislation regarding education, the legislation that guided the teaching of the country in that period was law n. 4.024 / 1961 (1st Law of Guidelines and Bases of National Education LDB) that was only approved after 13 years of proceedings in the congress. In the 1970s Brazil saw the consolidation of the supremacy of the public school, the state sought to solve the high rates of illiteracy and to legitimize itself with the majority of society trying to produce an appearance of equal opportunities for all classes, of vocational courses to meet the demand of the labor market of the time. Based on the Human Capital Theory, education would only make sense if it could qualify and qualify for the job market. Based on the information can be verified that were times of great effervescence and educational experimentation, evidencing the educational legacy of the Military Dictatorship and its ambiguity. In general, the new design implemented during the military regime privileged instrumental knowledge for social life and private education. In its construction, we used bibliographical research, and authors such as ZOTTI (2004), SOUZA (2008), subsidized the research.

Keywords: Educational Policies. Education. Military dictatorship.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Educação de Jovens e Adultos: proposta curricular ? 1º segmento/coordenação e texto final (de) Vera Maria Masagão Ribeiro.** MEC. 1999

COSTA, Bianca Silva. **O ensino superior na ditadura militar brasileira: um olhar através da “Revista MEC”.** Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, p. 17,18, 26. 2009.

Navegando na História da educação Brasileira. Disponível em:
<<https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/t.html/>> Acesso em: 16 de Abril de 2019.

SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil).** São Paulo: Cortez,2008.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980.** Campinas, SP: Autores Associado; Brasília, DF: Editora Plano, 2004.